

EXTENSIVO

# DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

TURMA 2025

Legislação Disponível

Vadinhos 2025



## LISTA DE VADINHOS

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

1. Lei Orgânica da Defensoria - LC 80/1994.

### DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Código de Defesa do Consumidor – CDC.
2. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.

### CRIANÇA E ADOLESCENTE

1. Criança e Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
2. Criança e Adolescente - Convenção - Aspectos civis sobre sequestro internacional.
3. Criança e Adolescente - Convenção relativa à proteção das crianças em matéria de adoção internacional.
4. Criança e Adolescente - Declaração dos Direitos da Criança - 1959.
5. Criança e Adolescente - Convenção sobre os Direitos da Criança - 1989.
6. Criança e Adolescente - Diretrizes de RIAD.
7. Criança e Adolescente - Regras de Beijing.
8. Criança e Adolescente - Lei 14.040/2020 - Educação na Pandemia.
9. Criança e Adolescente - Lei do Sinase - Medidas socioeducativas.
10. Criança e Adolescente - Portaria 1.082 de 2014 - PNAISARI.
11. Criança e Adolescente - Provimento 118 de 2021 - Audiências concentradas.
12. Criança e Adolescente - Resolução 109 de 2009 - Serviços socioassistenciais - Conanda.
13. Criança e Adolescente - Resolução 113 – Conanda.
14. Criança e Adolescente - Resolução 214 do CONANDA.
15. Criança e Adolescente - Sistema de Garantias - Lei nº 13.431 de 2017.

### DIFUSOS E COLETIVOS

1. Estatuto da Igualdade Racial.
2. Lei da ACP - Ação Civil Pública.
3. Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001.
4. Decreto - População em situação de rua.
5. Lei do Habeas Data.
6. Lei da ação popular
7. Lei do MI - Mandado de Injunção.
8. Lei do MS - Mandado de Segurança.
9. MP 2.220/01 - Concessão Especial.



10. Lei do SUS - Sistema Único de Saúde.
11. Lei de Assistência Social.
12. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
13. Lei do SUS.

## DIREITO CIVIL

1. LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
2. Código Civil – 2002.
3. Estatuto da Pessoa Idosa.
4. Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPCD.
5. Lei de Alienação Parental.
6. Lei de Alimentos.
7. Lei de Alimentos Gravídicos.
8. Lei de Regularização Fundiária (REURB).
9. LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.
10. Lei de Falência e Recuperação Judicial/extrajudicial.
11. Lei do Bem de Família.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Novo Código de Processo Civil – NCPC.
2. Juizados Especiais Cíveis - Lei 9.099/95.
3. Lei do Processo Eletrônico.
4. Resolução 345 CNJ - Juízo 100 digital.
5. Resolução 372 CNJ - Balcão virtual.

## DIREITOS HUMANOS

1. Estatuto de Roma (Tribunal Penal Internacional).
2. As novas 100 Regras de Brasília.
3. CADH e seus Protocolos Facultativos.
4. Convenção de Belém do Pará.
5. Convenção Interamericana - Pessoa portadora de deficiência.
6. Convenção de Nova York (Pessoa com Deficiência).
7. Convenção de Trabalhadores Migrantes.
8. Convenção dos Refugiados.
9. Convenção Interamericana contra o racismo.
10. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU).
11. Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH.
12. Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos.
13. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
14. Regras de Mandela.



15. Resolução OEA - Defensores Públicos.
16. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.
17. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.
18. Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
19. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (ONU).
20. Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição Federal de 1988.
2. Lei da ADI, ADC, ADO.
3. Lei da ADPF.
4. Lei da Súmula Vinculante.

### DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. Código Penal - Parte Geral e Especial.
2. Lei de Crimes Ambientais.
3. Crimes de Trânsito.
4. Lei de Drogas.
5. Lei Maria da Penha.
6. Estatuto do Desarmamento.
7. Lei Antimanicomial.
8. Lei de Tortura.
9. Lei de Crimes de Preconceito.
10. Lei de Crimes Hediondos.
11. Lei de Organização Criminosa.
12. Nova Lei de Abuso de Autoridade.
13. Lei de Lavagem de Dinheiro.
14. Lei de Contravenções Penais – LCP.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

01. Código de Processo Penal - CPP.
02. Juizados Especiais Criminais - Lei nº 9.099/95.
03. Lei de Interceptação Telefônica.
04. Lei de Prisão Temporária.



## EXECUÇÃO PENAL

1. LEP - Lei de Execução Penal.
2. Presídios Federais - Lei nº 11.671/2008.
3. Resolução n. 14/1994 CNPCP.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Lei de Improbidade Administrativa.
2. Lei dos Usuários de Serviços Públicos.
3. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
4. Lei do Processo Administrativo Federal.
5. Lei de Concessão e Permissão.
6. Lei 8.666 - Licitações e Contratos.
7. Decreto Lei n. 3.365-1941 - Desapropriações por Utilidade Pública.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Código Tributário

## RESOLUÇÕES DO CNJ

1. Resolução 213 de 2015 do CNJ - Regramento da audiência de custódia.
2. Resolução 05/2016 do CNPCP - Numeros Clausus.
3. Resolução 369 CNJ - Substituição da privação de liberdade de gestante.
4. Provimento 118/2021 do CNJ - Audiências concentradas (ECA).
5. Recomendação 87 CNJ - Regulamenta o art. 88, V do ECA.
6. Recomendação 123 CNJ - Recomenda ao Judiciário seguir os DH e a juris internacional da Corte IDH.
7. Resolução 23 CNPCP - Regulamenta a visita conjugal ou íntima aos presos.
8. Resolução 113 CNJ - Execução de PPL e medida de segurança.
9. Resolução 125 CNJ - Política Judiciária Nacional de tratamento adequado.
10. Resolução 287 CNJ - Procedimentos para indígenas acusadas, réis e condenadas.
11. Resolução 345 CNJ - Juízo 100% digital.
12. Resolução 348 CNJ - População LGBTQIAPN+ no sistema prisional.
13. Resolução 367 CNJ - Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.
14. Resolução 372 CNJ - Balcão Virtual.
15. Resolução 385 CNJ - Núcleos de Justiça 4.0.
16. Resolução 391 CNJ - Regulamenta a remição.
17. Resolução 412 CNJ - Regulamenta o monitoramento eletrônico de pessoas.
18. Resolução 414 CNJ - Exames de corpo em crimes com indícios de tortura.
19. Resolução 425 CNJ - PopRua no Judiciário.
20. Resolução 474 CNJ - (BNMP 3.0).



21. Resolução 487 CNJ - Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.
22. Resolução 492 CNJ - Adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos do Judiciário.
23. Resolução 510/2023 do CNJ - Regulamenta a criação da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias.